

Comissão nº 07

Temática: Danos Extrapatrimoniais: Tarifação e Outros Aspectos

PROPOSTA 1	<p>DANO EXTRAPATRIMONIAL. REPARAÇÃO. ART. 223-A DA CLT.</p> <p>I – A expressão “apenas” contida no artigo 223-A restringe-se à quantificação da reparação em sentido estrito e não ao instituto da responsabilidade civil e aos conceitos que o permeiam.</p> <p>II – A legislação comum tem aplicação subsidiária ou supletiva ao Direito do Trabalho, na forma do §1º do art. 8º da própria CLT e do art. 4º da LINDB, atendendo ao princípio do diálogo das fontes.</p>	Aprovada por maioria.
PROPOSTA 2	<p>TITULARIDADE DA REPARAÇÃO DO DANO EXTRAPATRIMONIAL. ART. 223-B DA CLT.</p> <p>I – O art. 223-B não afasta a possibilidade de reparação de danos sofridos por terceiros à relação de trabalho quando estiverem na condição de titulares diretos da pretensão decorrente do dano (dano em ricochete), inclusive na esteira da redação do §1º do art. 223-G da CLT.</p> <p>II – O direito à reparação se transmite com a herança, imediatamente com a morte, pelo princípio da saisine (art. 1.784, CC). O art. 223-B não limita a possibilidade de a sucessão pleitear reparação do dano extrapatrimonial sofrido pelo trabalhador falecido em razão do contrato de trabalho. O titular do direito é a sucessão do trabalhador, e não os herdeiros em nome próprio.</p> <p>III – O art. 223-B não trata de legitimidade ad causam, permanecendo a possibilidade de substituição processual por entes coletivos para defender direitos individuais homogêneos.</p> <p>IV – O art. 223-B não restringe a reparação do dano extrapatrimonial coletivo, que possui regulamentação própria (Lei nº 7.437/1985 e CDC, por exemplo) e se refere a bens jurídicos distintos dos mencionados no art. 223-C da CLT.</p>	Aprovada por maioria.
PROPOSTA 3	<p>DANO EXTRAPATRIMONIAL. BENS JURÍDICOS TUTELADOS.</p> <p>O rol dos arts. 223-C e 223-D não é taxativo, na medida em que a Constituição da República, nos arts. 1º e 5º, tutela outros bens jurídicos de forma expressa, incidindo o princípio da hierarquia das normas.</p>	Aprovado por maioria.

I Jornada sobre a Reforma Trabalhista

Propostas aprovadas pela Comissão nº 7



PROPOSTA 4	<p>LEGITIMIDADE PASSIVA.</p> <p>O art. 223-E da CLT positiva a possibilidade de direcionamento da ação de reparação contra o empregador e/ou contra o causador do dano (litisconsórcio passivo facultativo).</p>	Aprovada por maioria.
------------	--	-----------------------------

(...)